

CONSIDERAÇÕES SOBRE IDEOLOGIAS PRESENTES NA GEOGRAFIA CRÍTICA

Helcio Ribeiro Campos¹

Resumo

O texto traz uma avaliação do percurso da Geografia Crítica (ou Geografia Radical), corrente ideológica marxista que priorizou as macroanálises e os grandes espaços geográficos em seus estudos e produções, estando no centro da preferência e da formação dos geógrafos brasileiros a partir, sobretudo, dos anos 1980, e muito somou para transformar ideologicamente a geografia nacional. Porém, relegou sobremaneira os estudos que evidenciam o caráter individual de observação. Assim, descortina-se uma já sedimentada corrente do pensamento geográfico, a Geografia Crítica, à luz de seus próprios dogmatismos e algemas, ao mesmo tempo em que ficam abertas discussões e contribuições acerca da ciência geográfica. Este estudo serve como preâmbulo e como enriquecimento ao debate e às intercomunicações entre as geografias contemporâneas.

Palavras-chave: Geografia Crítica, reificação, ideologias geográficas, geografia marxista, história da Geografia.

1. INTRODUÇÃO

Várias tendências de pensamento geográfico vêm coexistindo, se reformulando, abandonando velhas ideias e agrupando novas. Nas últimas décadas o referencial marxista aportou na geografia mundial para se tornar hegemônico. Sob a batuta de nomes (que não estão numa ordem hierárquica) como Richard Peet, Yves Lacoste, David Harvey, Milton Santos e outros, ganhou a preferência dos geógrafos.

Com muitos debates arrolados desde então – o final dos anos 1960 – e com grande esforço de teorização, verificado também no Brasil, por Milton Santos, Antonio Carlos Robert Moraes, Armando Corrêa da Silva, Ruy Moreira, Manuel Correia de Andrade, Oswaldo Bueno Amorim Filho, dentre outros; e no exterior, com os autores anteriormente citados, as contribuições ao referencial da geografia foram se avolumando. Contudo, existem vários aspectos da Geografia Radical, ou Geografia Crítica, que precisam ser revisitados, tais como o seu reducionismo econômico, que gera uma personificação e sobrevalorização de entidades abstratas e de conceitos que por si explicariam a organização do espaço, além de fazer com que o indivíduo tenha um mero papel de passividade nesse processo; o seu dogmatismo, quando colocado como “a” alternativa para explicar a produção do espaço, fato que foi combatido com críticas e análises de textos da Geografia Crítica, a fim de se obter novos caminhos para o pensamento geográfico, condicionando uma metageografia. Rubem ALVES

(1989:23) confirma a necessidade desse debate ao afirmar que “(...) todo pensamento começa com um problema. Quem não é capaz de perceber e formular problemas com clareza não pode fazer ciência”.

Entretanto, é preciso que os geógrafos vejam cada vez mais as lacunas apresentadas pela Geografia Crítica – como aquelas de explicação de fenômenos culturais e religiosos, por exemplo – para que exista uma busca constante por uma geografia abrangente e reveladora.

2. REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA CRÍTICA

Após surgir no Brasil, nos anos 1970, a Geografia crítica tornou-se o veículo mais usado pelos geógrafos daqui para explicar o processo de produção espacial, influenciados pelo seu alastramento no exterior quando David Harvey lança *A justiça social e a cidade*, livro que se torna o “rito de passagem” da Geografia Teorética e Quantitativa, ou Geografia Pragmática, de influência positivista, para a Geografia Crítica ou Radical, de influência marxista. E, assim, um movimento de renovação foi deflagrado. Portanto, houve na geografia o mesmo movimento ideológico que ocorreu com as ciências como um todo: a teoria crítica chega para dismantelar os

pressupostos do positivismo (a Geografia Teorética) e, posteriormente, do pós-positivismo (a Geografia da Percepção e do Comportamento).

Apesar de ser a corrente de pensamento hegemônica na atualidade, a Geografia Crítica vem sendo criticada em ordem inversa. Muito mais que um jogo de palavras, trata-se de uma constatação que os geógrafos podem reconhecer ao longo de sua educação formal. É por isso que através de análises, mesmo que uma sucinta como a deste estudo, pode-se identificar e reavaliar posicionamentos comumente aceitos por uns, mas que certamente também são contestados por outros geógrafos que se irmanarão com algumas das reflexões aqui apresentadas.

A submersão do espaço na organização da teoria social marxista é evidente. Mesmo quando há algo de tendencioso para a geografia, como na teoria do desenvolvimento desigual, isso acaba sendo pouco explorado, já que tudo se voltava para a tradicional luta de classes, o famoso “motor da história”. E mais uma vez a “complicação desnecessária”, alusão de Marx à geografia, está secundariamente estabelecida em detrimento da história (SOJA, 1993:135). Embora Soja esteja claramente advogando em causa própria, é justa sua preocupação com o fato de a geografia ser rechaçada como uma senda

para o conhecimento e a melhoria da sociedade.

Até aqueles que sonhavam com o fim do capitalismo, na passagem do século XIX para o XX, “(...) tendiam a ver na consciência e na identidade espaciais (...) um perigoso entrave à ascensão de um proletariado mundial unido”, como disse Edward SOJA (1993:77). Ou seja, a geografia foi reduzida a uma traiçoeira visão cognitiva do espaço, capaz de refratar o pensamento de modernidade política e social da época. É por isso que a geografia adentrou o século XX como realmente uma complicação desnecessária, empenhada em descrever áreas, mensurar elementos da paisagem etc., e tudo aquilo que pudesse anular a validade dos estudos espaciais. Tal nulidade é tamanha que sentimos isso ainda hoje com a velha ideia da geografia escolar mnemônica.

Estava decretada a passividade do espaço, encarado como o receptáculo dos acontecimentos históricos, a exemplo de sua concepção na teoria física newtoniana. Deste modo, quando a Geografia Teorético-Quantitativa religou a forma espacial ao processo espacial, ganhou adeptos, dentre os quais estava David Harvey. Mesmo com todos os seus problemas ideológicos, por estar a serviço do “ganhar dinheiro”, a Geografia Teorética tem o mérito desta “redenção” do espaço. Para os geógrafos radicais, tal

ligação deu-se pelo uso do materialismo histórico, com o foco para a análise das classes sociais e dos fenômenos espaciais, através de uma economia política. Não por acaso, tal perspectiva foi liderada justamente por David Harvey.

A partir daí, o cerne teórico procura mostrar que o espaço não é apenas um palco, um produto da sociedade, mas através dele podia-se ver o modelo das relações sociais estabelecidas. Porém, o que teria gerado essa grande lacuna secular entre o surgimento do marxismo e a análise espacial? Por que a Geografia Crítica não investiga suas próprias origens? Por que o legado do marxismo é do descaso para com o espaço, da afirmação de um economismo e de um historicismo atávicos?

Sobre isso, James DUNCAN e David LEY (1982:41) afirmam que há uma grande caracterização da teoria pela teoria, às vezes desvinculada da realidade, com forte ceticismo acerca do empirismo e que existem muitas semelhanças entre as ideias de Marx e de Hegel, que podemos notar na reificação hegeliana do espaço, dirigido, assim como a história, por um “espírito territorial”, o Estado. Marx, por sua vez, tentando romper com o idealismo de Hegel, vai provocar uma nova reificação com a adoção de uma dialética materialista histórica, em que grandes entidades abstratas e conceitos como capital,

formação econômica e social etc., ganham vida e poder de explicação do mundo.

O marxismo deixa de analisar com mais profundidade a produção do espaço, a maneira como a cultura e a ideologia se manifestam na organização da vida diária, em função do seu reducionismo econômico, incapaz de resolver tais questões. Isso se reflete na crença de que o indivíduo é mero espectador e, como tal, alienado. SOJA (1993:109) usa uma ideia contida em Lukács, para o qual “a consciência espacial é apresentada como a epítome da reificação, como a falsa consciência, manipulada pelo Estado e pelo capital para desviar a atenção da luta de classes”, confirmando a crítica feita acima.

Embora os geógrafos radicais se autoproclamem como produtores de uma ciência que visa superar o capitalismo, como diz Antônio Carlos R. MORAES (1994:115), contradições estão presentes. Já na página seguinte a esta afirmação, o mesmo autor deposita uma imensa crença na reificação das entidades e dos indivíduos, incompatíveis com um processo de cidadania e de participação: “(...) o cidadão comum tem uma visão fracionada do espaço, pois só concebe os lugares abarcados por sua vivência cotidiana (...)”. Em oposição a tal fragilidade, surge o Estado superpoderoso que “(...) tem uma visão integrada e

articulada do espaço, pois age sobre todos os lugares, e isto se transforma numa arma a mais de dominação” (MORAES, 1994: 116).

Quaisquer que sejam as estratégias montadas, da política e das resistências locais, até o megaprojeto empresarial, todas elas têm base individual, realizado por pessoas. O interessante é que Robert MORAES, na sequência de seu livro, aceita esta ideia, contradizendo-se, e usa uma citação de Yves LACOSTE para ratificá-la: “(...) é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater” (1994: 116). LACOSTE afirma que se a documentação cartográfica recorrente entre as pessoas fosse organizada em grande escala, que retratasse o espaço vivido e reconhecido pelo indivíduo ou por um grupo de pessoas, potencializaria a participação popular, a cidadania e a tomada de uma consciência sobre o espaço (1986: 62).

Mais interessante ainda é perceber que o próprio engajamento dos geógrafos radicais em causas de interesse social é pequeno. Destarte, lutar pela modificação significativa do espaço pode ser mais nobre que discutir epistemologias, a exemplo dos trabalhos assistencialistas de William Bunge num bairro negro de Detroit, ao ministrar lá cursos livres sobre planejamento urbano, que lhe custaram o próprio cargo de professor. E vejamos a

CONSIDERAÇÕES SOBRE IDEOLOGIAS PRESENTES NA GEOGRAFIA CRÍTICA

contradição de geógrafos radicais ao afirmarem que “a ciência aparece como resposta às demandas práticas da sociedade” (GOMES, 1991: 86).

O universo individual não pode ser encarado apenas como reativo ao processo determinado por uma superestrutura, ou seja, explicado por causas econômicas. Fica claro que a Geografia Crítica oferece uma lacuna para os estudos sobre ontologia espacial, por exemplo, tema já defendido pelo próprio Robert Moraes (1991) e abordado por outros geógrafos em suas publicações, tais como Milton Santos, Armando Corrêa e Ruy Moreira. De certo modo, essa lacuna foi aproveitada pelos geógrafos da Percepção e do Comportamento, sobretudo dos anos 1980 em diante, que foram rotulados e criticados pelos geógrafos radicais como produtores de um saber ligado aos interesses do capitalismo, mostrando que estes geógrafos vêem seu próprio modo de conduzir os estudos espaciais como o único meio válido e ideologicamente honesto.

Assim, eles dizem que a Geografia da Percepção – uma manifestação do construtivismo social na geografia, também sob a influência da fenomenologia, dentre outras matrizes do saber – foge à análise da realidade, utiliza e conduz a teorias alienadas, ao psicologismo, além de empreender estudos

sobre a percepção individual do espaço (como os mapas mentais), levando à atomização que dificulta qualquer ação social. Se assim é, então como estes estudos da Geografia da Percepção podem ser usados pelo Estado, como acusam os geógrafos radicais? Ou será que não entendem o Estado como um agente social? Há uma preocupação em se indicar aquilo que está ou não está “do lado povo”, como um manual para uma vida justa escrito a partir de teorias, pois “(...) no capitalismo, a filosofia idealista em suas múltiplas correntes (...existencialismo, pragmatismo etc.) está a serviço dos meios de produção, objetivando manter as classes desprovidas dos meios de produção” e, ainda, subordinando a classe operária ao domínio do grande capital, completa Horieste GOMES (1991:13) em caráter panfletário.

Desse modo, voltamos àquela ideia de Moraes que concebe o Estado dotado de poderes supraindividuais, com capacidade para absorver um saber atomizado, como produzido pelos geógrafos da percepção, entendido como uma superposição de ideias individuais sobre o espaço (o que seria insuficiente para dar visão de conjunto e para caracterizá-lo), de acordo com as críticas comumente impetradas pelos geógrafos radicais.

Contudo, vários geógrafos da percepção têm participado da defesa

ambiental e de bairros históricos, em oposição aos seus trabalhos acadêmicos marcados pela subjetividade e pela não contestação do sistema econômico, de acordo com a caracterização que receberam de Manuel C. de ANDRADE. Este autor ainda diz que a Geografia do Comportamento e da Percepção está em ascensão porque não contesta a ordem estabelecida e transfere para a escala individual muitos problemas considerados por outros grupos como sociais (1992:114-115). O fato de um problema ser comum a um grupo não deve impedir que seja estudado pela visão que os indivíduos têm dele. Afinal, não é a partir de *escolhas individuais* que os partidos políticos, as entidades de classe e as correntes ideológicas (geográficas) ganharam os seus adeptos? Apesar das evidências, ANDRADE (1992:115) afirma que os geógrafos da percepção vão ao cerne do problema, mas sem contestar o sistema econômico, que precisa “destruir para viver”, assinando mais um panfleto que um fato verídico.

Vê-se claramente que o materialismo histórico também em microescalas pode ser considerado antiespacializante, pois quase que neutraliza ações individuais, usando modelos de explicação que não estão personificados senão em nomes como “capitalismo”, “modo de produção”, dentre

outros termos utilizados. DUNCAN e LEY (1982:32) podem ser citados como outros geógrafos que se manifestaram a esse respeito, afirmando que “(...) apesar de os indivíduos talvez não serem livres para transcender seu contexto social, também são os grandes agentes de uma grande força como a ‘lógica do capitalismo’ ou o ‘modo de produção’(...)”. Os autores defendem que a Geografia Radical se utiliza de organismos ou entidades “(...) cujos motores são parecidos, dotados de direção própria e com controle sobre homens e mulheres” e, a partir daí, citam exemplos de entidades reificadas, como: capitalismo, capital, trabalho, formação social, modo de produção, Estado, sociedade, mercado etc. Segundo DUNCAN e LEY (1982:35), tais expressões representam os todos supraindividuais ativos nas análises dos geógrafos radicais, “enquanto os indivíduos, as partes, são os objetos controlados pelos sujeitos”, isto é, as entidades reificadas.

Além disso, levanta-se uma bandeira contra o empirismo no seio da Geografia Crítica em modelos teóricos acadêmicos, ao passo que várias sugestões didáticas de seus geógrafos para os ensinamentos fundamental e médio, indicam uma aproximação para com os espaços de vivência dos educandos, enfatizando a observação e a análise, utilizando-se,

portanto, da ideia de “lugar”. Com isso, ficamos com a impressão que os geógrafos radicais consideram a geografia escolar uma subcategoria do saber científico, pois aí e somente nela, nunca nos meios acadêmicos, é possível fazer um casamento de aparências com procedimentos empíricos e aceitação de percepções atomizadas de cada indivíduo.

Tais procedimentos tendem a funcionar como uma concessão: abre-se mão da ciência “verdadeira” para que crianças e adolescentes compreendam o “mundo” da geografia. Esses milhões de usuários do saber geográfico disposto na escola formal têm sido enganados, então, pelos geógrafos críticos escritores de obras didáticas? O que é alienação no mundo acadêmico – recordemos o enunciado de Moraes – pode transmutar-se de valores e ter validade pedagógica? Ou estamos diante de uma confusa coexistência entre senso comum e ciência no cerne da Geografia Crítica ou a produção didática de seus autores revela uma autocrítica ainda muito preliminar? O certo é que não pensar sobre o próprio saber constituído, escolar ou acadêmico, não é, peremptoriamente, a melhor opção teórico-metodológica para a Geografia Crítica. Podemos enfatizar e exemplificar esse tipo de pensamento com Horieste GOMES (1991: 21-22), segundo o qual “(...) generalizar não é apenas identificar objetos e fenômenos, mas

descer à compreensão da essência deles (...)”, afastando “(...) o que é secundário (casual, individual e irrepetível) e integrar os aspectos fundamentais (casuais, genéricos e comuns)”.

Não se pode superestimar as explicações de ordem econômica, como os fluxos de produtos e capitais, as alocações de empresas etc., sob a pena de se criar um sujeito passivo diante de forças que ele tenderá a aceitar como forças tão poderosas frente ao seu pequeno poder de conexão espacial e política, e sob pena de sua alienação espacial e de sua cidadania. É preciso que o dogmatismo reinante dentro da Geografia Crítica seja desfeito, envolvendo parte de outras contribuições. Esta postura de negação pode ser encontrada em CHOUINARD e FINCHER (1983: 137), para os quais Duncan e Ley falharam em justificar uma alternativa à Geografia Radical e, com isso, contribuíram para não haver um debate construtivo acerca dos temas criticados em “Structural Marxism and Human Geography”. A esse respeito, Edward SOJA (1993: 159) diz: “o historicismo bloqueia da visão tanto a objetividade material do espaço, quanto a subjetividade ideativa do espaço, como parte progressivamente ativa da consciência coletiva”.

A negação do indivíduo dentro do contexto científico, com sobrevalorização

CONSIDERAÇÕES SOBRE IDEOLOGIAS PRESENTES NA GEOGRAFIA CRÍTICA

de categorias e análises genéricas, pode gerar um saber feito pelo saber, de gabinete para gabinete, e entre intelectuais. Até que ponto a ciência, incluindo aí a geografia, faz parte do caminho para a alienação do indivíduo e para a transmutação dos valores sociais? Não estaria a Geografia Crítica reafirmando a subordinação individual e até um quê de aceitação do poderio econômico sobre as pessoas?

O cientista também é um formador de opinião, pois as pessoas atribuem à ciência o poder de explicar e de dirigir o pensamento, sendo assim a depositária de esperanças no futuro. Por isso, os geógrafos críticos precisam saber se estão ou não criando uma liberdade individual refratária, que penetra a teoria apenas com explicações *ad hoc*. Uma reflexão acerca desse ponto de vista pode ser obtida com Rubem ALVES (1989:54), para quem “o cientista tem autoridade, sabe sobre o que está falando e os outros devem ouvi-lo e obedecê-lo (...). O cientista virou um mito. E todo mito é perigoso, porque ele induz o comportamento e inibe o pensamento”. Dito de outra forma, enquadra-se na comparação feita por Fernando GEWANDSNAJDER (2002:105) entre o senso comum, que permanece utilizando um conhecimento enquanto este funcionar bem, e a ciência, que procura sistematicamente criticar uma hipótese,

mesmo que contenha uma explicação satisfatória. Considerado isso, é possível inferir que certo grupo de geógrafos radicais brasileiros realiza uma ciência tendenciosa, tombando mais para um discurso autocentrado, nem sempre combinando com o verdadeiro “espírito científico”. De acordo com Ziman (apud ALVES-MAZZOTI, 2002:121), “o objetivo do cientista é convencer o leitor, seja procurando desfazer equívocos anteriores, seja anunciando uma observação até então despercebida”, além de seu poder de previsibilidade. Porém, a confusão a respeito dos dados e sujeitos observacionais – sociedade ou indivíduo – criada pelo curso ideológico da geografia marxista, tem dificultado o caminho teórico da ciência geográfica como um todo.

Não há aqui uma apologia da interpretação espacial a partir do próprio indivíduo, mas sim que este não esteja marginal ao discurso geográfico. Afinal, se o sujeito não for considerado como um observador do espaço estaremos diante de uma realidade neutra ou socialmente construída? Uma realidade palpável e reveladora do espaço? O poema “Perguntas de um operário que lê”, de Bertold BRECHT, reafirma o que foi pensado: “Quem construiu as portas de Tebas? / Nos livros constam nomes de reis / Foram eles que carregaram as rochas? / E

Babilônia destruída mais de uma vez? / Quem a construiu de novo? (...)”. As potencialidades de uma sociedade, assim como de uma ideologia presente na geografia, não podem ser mensurados senão por um conjunto de contribuições de seus indivíduos, atores de uma alteridade coletiva, e não o contrário, pois a reificação ideológica e socialmente imposta não tem poder explicativo em si mesma.

3. CONCLUSÃO

A recente utilização do materialismo histórico na geografia criou uma crença falsa na onisciência da Geografia Crítica. As novas interpretações e correntes de pensamento sobre a organização espacial são rechaçadas, em detrimento de uma autocrítica que ainda não é habitual entre os geógrafos radicais.

Isso consubstancia-se de duas maneiras: nos ramos onde há uma dificuldade de relacionar a teoria marxista ao objeto de estudo em questão; e a segunda, nos estudos que já incorporaram o referencial marxista que, a despeito de sua contribuição, precisam ser investigados pelos geógrafos, radicais ou não, a fim de se tornar a geografia uma área do conhecimento evolutiva, e não centrada em si mesma.

Abstract

The text provides an assessment of the course of Critical Geography (or Radical Geography), marxist ideological trend which prioritized the macroanalysis and the large geographical studies and in their productions, being at the heart of the preference and training of Brazilian geographers, especially the 1980's, and added much to change the country in terms of ideology. However, it excessively relegated studies that show the individual character of observation. Thus, an already steady trend of thought in geography, the Critical Geography, is unfolded, based of their own dogmas and difficulties while discussions and contributions on the geographical science turn open. This study serves as a preamble and to enrich the debate and the intercommunication between the contemporary geographies.

Key-words: Critical Geography, reification, geographical ideologies, marxist geography, history of geography.

4. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência:** introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ALVES-MAZZOTI, A. e GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira e Thomson-Learning, 2002.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **A produção do espaço e a análise**

geográfica. Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte: 1 (3): 18-26, 1983.

_____. **A evolução do pensamento geográfico e suas consequências sobre o ensino da Geografia.** Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte: 1(1): 5-18, 1982.

ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, ciência da sociedade.** São Paulo: Atlas, 1992.

CHOUINARD, V. e FINCHER, R. **A critique of “Structural Marxism and Human Geography”.** Annals of the Association of American Geographers, 73 (1), 137-150, 1983.

CHRISTOFOLETI, A. **Perspectivas da Geografia.** São Paulo, Difel, 1982.

DUNCAN, J. e LEY, D. **Structural Marxism and Human Geography.** Annals of the Association of American Geographers, 72 (1), 30-58, 1982.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia.** Goiânia: Cegraf / UFG, 1991.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e geógrafos.** São Paulo: Difel, 1986.

LACOSTE, Yves. **Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1986.

MORAES, A. C. Robert. **Ideologias geográficas.** São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Hucietc, 1994.

SILVA, Armando C. da. **A renovação da geografia no Brasil – 1976/1983:** as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica. Boletim Paulista de Geografia, 60, 1983-1984.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

¹ Mestre em Geografia USP. Professor IF Sudeste de Minas Gerais – Barbacena. Endereço eletrônico: helcio.campos@ifsudestemg.edu.br